



**CADERNO DE ENCARGOS – CONSULTA PRÉVIA  
– EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS:  
INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO, NA  
FREGUESIA DE SILVALDE**



**ÍNDICE:**

**PÁG.:**

**03 - ARTIGO 1º | OBJETO**

ARTIGO 2º | PRAZO DE EXECUÇÃO

ARTIGO 3º | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**04 - ARTIGO 4º | CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

ARTIGO 5º | SUBCONTRATAÇÃO

ARTIGO 6º | MORA

ARTIGO 7º | CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

ARTIGO 8º | FUNÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

ARTIGO 9º | PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

**05 - ARTIGO 10º | CONTRATO**

ARTIGO 11º | INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO

**06 - ARTIGO 12º | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

ARTIGO 13º | ENTREGA DO BEM

ARTIGO 14º | INSPEÇÃO E TESTES

ARTIGO 15º | DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

**07 - ARTIGO 16º | ACEITAÇÃO**

ARTIGO 17º | DESPESAS

ARTIGO 18º | RESCISÃO DO CONTRATO

ARTIGO 19º | RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO

**08 - ARTIGO 20º | PREVALÊNCIA**

ARTIGO 21º | LEI APLICÁVEL

ARTIGO 22º | FORO COMPETENTE



## CADERNO DE ENCARGOS

### CONSULTA PRÉVIA – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS:

### INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO, NA FREGUESIA DE SILVALDE

#### Artigo 1.º | Objeto

Mediante **Consulta Prévia** ao abrigo do disposto no art.º 112º do Código de Contratos Públicos (CCP), o presente procedimento tem por objeto a “**CONSULTA PRÉVIA – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS: INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO, NA FREGUESIA DE SILVALDE**”, tendo por base, o seguinte mapa de quantidades das ruas a intervencionar:

#### Mapa de Quantidades – Asfaltamento de Ruas:

Espaços Públicos a Intervir:	Designação	UN	QUANT.
Rua Do Porto (desde a Rua Capela dos Ramos ao Complexo de Ténis)	1. Fresar com carga e transporte a vazadouro incluindo varrimento.	m2	1890,00
	2. Rega de colagem seguida de camada de tapete de desgaste 6 cm média.	m2	2710,00
	3. Levantamento de caixas e sarjetas para nova cota.	uni	19,00
	4. Levantamento de cabeças móveis para nova cota.	uni	33,00
	5. Levantamento de caixas duplas.	uni	4,00
Travessa dos Outeiros	1. Limpeza com carga e transporte a vazadouro.	vg	1,00
	2. Camada de “tout-venant” com 20cm após cilindrado.	m2	158,00
	3. Rega de colagem, seguida de camada de tapete de desgaste na espessura média de 6cm, estão incluídos neste valor 31,50 metros aplicados frente à fábrica Corfi.	m2	1275,00
	4. Levantamento de caixas para nova cota.	uni	12,00
	5. Levantamento de cabeças móveis para nova cota.	uni	5,00

#### Artigo 2º | Prazo de Execução

A obra deverá ser executada no prazo estabelecido na proposta, contado da data de celebração de contrato.

#### Artigo 3º | Condições de Pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante a correspondente fatura, no final da execução da empreitada.



2. O pagamento será efetuado na totalidade até 60 dias.
3. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente poderão ser propostos adiantamentos por conta da prestação a realizar, nos termos do art.º 292º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro.

#### **Artigo 4º | Cessão da Posição Contratual**

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.

#### **Artigo 5º | Subcontratação**

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

#### **Artigo 6º | Mora**

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, serão aplicados juros de mora, à taxa legal, por cada dia de atraso.

#### **Artigo 7º | Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Artigo 8º | Função e Valor da Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, ficará retido um valor a título de caução, no valor de 5% do montante total do preço contratual, que o adjudicatário assume com a celebração do contrato.
2. A Entidade Adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo Adjudicatário.

#### **Artigo 9º | Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outras.



2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### Artigo 10º | Contrato

1. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
2. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 5 dias após a notificação de adjudicação:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I deste Caderno de Encargos;
  - b. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea d), e) e i) do artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.
4. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, no prazo de 10 dias após a notificação de adjudicação, nomeadamente:
  - a. Fotocópia do(s) Bilhete(s) de Identidade(s) do outorgante(s) e respetivas moradas;
  - b. Fotocópia do nº de contribuinte ou do cartão de pessoa coletiva, conforme os casos;
  - c. Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar;
  - d. Pagamento do Imposto de Selo.

### Artigo 11º | Interpretação do Contrato

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar por escrito um esclarecimento à entidade contratante.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução dos serviços, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela entidade contratante, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.



### Artigo 12º | Obrigações Contratuais

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

1. Obrigação de entrega do bem identificados na sua proposta;
2. Obrigação de garantia do bem;

### Artigo 13º | Entrega do Bem

1. O bem objeto do contrato será entregue em ao adjudicante no prazo indicado na proposta.
2. Com a entrega do bem objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o prestador.

### Artigo 14º | Inspeção e Testes

1. Efetuada a entrega do bem objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 30 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se corresponde às características, especificações e requisitos técnicos do concurso de conceção.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre todos os aspetos que o contraente público considere oportunos.
3. Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar à Junta de Freguesia de Silvalde, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, peritos devidamente credenciados para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

### Artigo 15º | Defeitos ou Discrepâncias

1. Caso, dos testes e inspeções referidos no artigo anterior, resulte a existência de eventuais defeitos ou discrepâncias com as características e especificações resultantes do concurso de conceção, a Junta de Freguesia de Silvalde deve por essa razão informar, por escrito, o prestador.
2. No caso previsto no número anterior, o prestador deve proceder, a expensas suas e no prazo que for determinado pela Junta de Freguesia de Silvalde, às intervenções necessárias para garantir o integral cumprimento da obrigação.
3. Após a realização ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Junta de Freguesia de Silvalde procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos do artigo anterior.





### Artigo 16º | Aceitação

1. Caso dos testes a que se refere o artigo 14º resulte a sua integral conformidade com a proposta apresentada será lavrado, no prazo máximo de 30 dias a contar do final dos testes, auto de receção, assinado pelos representantes do prestador e da Junta de Freguesia de Silvalde.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Junta de Freguesia de Silvalde, nos termos do nº 2 do artigo 15º.
3. A assinatura do auto referido no nº 1, não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias posteriormente detetados / revelados.

### Artigo 17º | Despesas

1. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente o imposto de selo, são da responsabilidade do adjudicatário.
2. Correm igualmente por conta do adjudicatário todas e quaisquer despesas, nomeadamente as de deslocação e estadia, em que este haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente Caderno de Encargos e do contrato.

### Artigo 18º | Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação ou falta de reposição de bom funcionamento da solução por período superior a 30 dias úteis.
3. Poderá considerar-se igualmente incumprimento definitivo a ocorrência de mais de três atrasos face ao plano da proposta ou ao disposto no presente Caderno de Encargos, por causa imputável ao adjudicatário.

### Artigo 19º | Responsabilidade do Adjudicatário

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade contratante em razão do incumprimento culposos das obrigações que sobre ele impendam.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.



### Artigo 20º | Prevalência

1. Fazem parte integrante da relação contratual o Caderno de Encargos e a Proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvida prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e, em último lugar, a proposta do adjudicatário.

### Artigo 21º | Lei Aplicável

O contrato rege-se pela lei portuguesa e em especial pelo Código dos Contratos Públicos.

### Artigo 22º | Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro.

O Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde,

  
José Carlos da Silva Teixeira  
  
VILA DE SILVALDE  
CONCELHO DE ESPINHO

Silvalde, 12 de junho de 2025